



ESTRUTURA DE DIAGNÓSTICO A SER REALIZADO PELO MUNICÍPIO PARCEIRO DO PROGRAMA SELO PREVENÇÃO MINAS

Trabalho desenvolvido em parceria com os gestores da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais (SEJUSP), no âmbito da disciplina Laboratório de Formulação e Avaliação de Projetos, ministrada no Curso de Gestão Pública no segundo semestre de 2019.

Belo Horizonte

2019



Equipe Técnica:

Anderson Acássio de Oliveira
Jéssica Consuelita Barbosa do Nascimento
Leonardo Assis Martins Júnior
Patrick Godoi
Thomás Pereira Sá de Carvalho

Orientação

Prof. Geralda Luiza de Miranda (Departamento de Ciência Política – FAFICH)

Coorientação

Prof. José Geraldo Leandro (Departamento de Ciência Política – FAFICH)

Belo Horizonte

2019

RESUMO

O presente trabalho apresenta estrutura de diagnóstico a ser realizado pelo município parceiro do Programa Selo Prevenção Minas. Abrange variáveis explicativas da criminalidade e situações de violência e respectivos indicadores. A elaboração da proposta foi subsidiada por uma revisão bibliográfica acerca da teoria da criminalidade e pelo debate com os gestores da Subsecretaria de Prevenção Social à Criminalidade (Supec), vinculada à Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Governo de Minas Gerais (Sejusp), responsáveis pela implementação do Programa Selo Prevenção Minas no Estado de Minas Gerais.

PALAVRAS-CHAVE: Programa Selo Prevenção Minas, criminalidade, violência, prevenção.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEAP	Central de Acompanhamento de Alternativas Penais
PrEsp	Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional
SEJUSP	Secretaria e Estado de Segurança Pública de Minas Gerais
SUPEC	Subsecretaria de Prevenção Social à Criminalidade

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	6
2	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS.....	8
3	O PROGRAMA SELO PREVENÇÃO MINAS.....	9
4	TEORIAS DA CRIMINALIDADE.....	12
5	DAS VARIÁVEIS IDENTIFICADAS E SEUS INDICADORES...	18
6	DO ENCAMINHAMENTO E PRÓXIMOS PASSOS.....	23
7	CONCLUSÃO.....	24
8	REFERÊNCIAS.....	25

1 INTRODUÇÃO

A política de prevenção à criminalidade tem como finalidade prevenir e reduzir a violência e a criminalidade que ocorrem em determinadas localidades, incidindo sobre grupos mais vulneráveis a esses fenômenos, além de fazer que com que os cidadãos tenham uma sensação de segurança. O fundamento dessa política se encontra na possibilidade de que, a partir de uma integração entre Poder Público e a sociedade civil, ocorra o enfrentamento desse problema.

Em Minas Gerais, a política de prevenção social à criminalidade é coordenada pela Subsecretaria de Prevenção Social à Criminalidade (Supec), vinculada à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp) em integração com quatro outros programas, quais sejam:

- Fica Vivo!, que tem por objetivos prevenir e reduzir a taxa de homicídios entre jovens em situação de vulnerabilidade;
- Mediação de Conflitos, que tem por objetivo a administração de conflitos de forma a evitar situações de violência e criminalidade;
- Central de Acompanhamento de Alternativas Penais (Ceapa), destinada a viabilizar meios de cumprimento de penas alternativas ao cárcere;
- Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional (PrEsp), cujo objetivo é promover a inclusão do egresso do sistema prisional.

No início do segundo semestre de 2019, gestores da Supec buscaram a UFMG para uma parceria para a elaboração de um modelo de diagnóstico a ser utilizado na implementação do Programa Selo Prevenção Minas. Esse modelo de diagnóstico comporá o apoio técnico a ser fornecido pelo governo estadual aos municípios que irão aderir ao programa.

Considerando que um diagnóstico situacional deve fornecer aportes que permitam (1) dimensionar a situação-problema, no caso a incidência da criminalidade no município; (2) conhecer os fatores relacionados à emergência das diferentes manifestações da violência; e (3) mapear os recursos que permitem o seu enfrentamento, a proposta aqui apresentada

estrutura-se em torno de três conjuntos de variáveis para as quais os dados necessários para a construção dos respectivos indicadores estejam disponíveis em bancos públicos ou possam ser produzidos pelos atores envolvidos no debate local do plano de intervenção. Essa ressalva – a disponibilidade dos dados necessários para a construção dos indicadores – remete para a inescapável limitação das análises que subsidiam o processo de tomada de decisão nos processos de formulação de políticas públicas, mesmo quando são empreendidos esforços para subsidiar esse processo com o conhecimento científico.

Ressalta-se que o diagnóstico situacional, cujo modelo é aqui proposto, deverá ser elaborado pelos gestores dos municípios que irão aderir ao Programa Selo Prevenção Minas, em interação com gestores de outras áreas de política, lideranças da sociedade civil, representantes de outros Poderes e instituições governamentais e não-governamentais. Seu objetivo é subsidiar o processo de decisão a ser desencadeado na elaboração do Plano Municipal de Prevenção à criminalidade, uma exigência feita pelo Governo do Estado de Minas Gerais.

Este relatório está organizado em seis seções: na primeira, apresentam-se as atividades desenvolvidas para elaboração do modelo de diagnóstico; na segunda, faz-se a apresentação do Programa Selo Prevenção Minas; na terceira, discorre-se sobre as diferentes teorias da criminalidade e a evolução do conceito de criminalidade no tempo; na quarta seção, apresenta-se uma lista preliminar das variáveis que influenciam a incidência da criminalidade, das que estão relacionadas com sua emergência e das que permitem seu enfrentamento, assim como os respectivos indicadores e fontes dos dados para sua elaboração; na última seção, discutem-se os encaminhamentos do projeto durante o semestre e os próximos passos a serem seguidos no semestre 2020/2.

2 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Para a execução deste trabalho, as atividades foram divididas em três etapas: revisão bibliográfica; capacitação da equipe da UFMG pelos gestores; e estruturação do trabalho. Na primeira etapa, fizemos uma busca em diferentes fontes bibliográficas da área para identificação das diferentes teorias da criminalidade e das variáveis independentes a serem trabalhadas. Na segunda etapa, foi realizado um curso de capacitação com os gestores da SEJUSP, em que foi apresentado o panorama dos programas de prevenção do Governo do Estado de Minas Gerais. Por fim, em conjunto com os gestores e a partir da demanda solicitada, selecionamos as variáveis e indicadores a elas relacionadas que poderão ser utilizados no diagnóstico a ser elaborado pelo municípios parceiros do Programa Selo Minas Prevenção.

3 O PROGRAMA SELO PREVENÇÃO MINAS

O Selo Prevenção Minas é uma inovação da Sejusp, desenvolvido com base nos conceitos de prevenção à criminalidade e segurança cidadã. Seu objetivo é promover maior capilaridade da Política de Prevenção à Criminalidade no Estado de Minas Gerais, a partir da capacitação e do fomento à atuação das administrações públicas municipais na área. Sua proposição está baseada no aprendizado acumulado na implementação de quatro programas, especificamente, o Programa Controle de Homicídios Fica Vivo!; Programa Mediação de Conflitos – PMC; Programa Central de Acompanhamento Alternativas Penais – CEAPA; Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional – PrEsp.

A adesão ao Programa Selo Prevenção Minas depende de manifestação formal de interesse do município. Seu objetivo é apoiar tecnicamente o município para desenvolver, em parceria com a sociedade civil e gestores municipais, ações de articulação institucional - com órgãos de segurança pública, o sistema de justiça criminal, a rede municipal de educação, assistência social, saúde e infraestrutura - que contribuam para a construção de intervenções estratégicas no âmbito dos fatores geradores de criminalidade e violência nos municípios.

A logomarca do Programa Selo Prevenção Minas é composta por linhas curvas, círculos, mão e estrelas. As linhas curvas remetem às paisagens do Estado de Minas Gerais, especificamente as montanhas. Os círculos, sobre as montanhas, caracterizam as pessoas que se beneficiam ou são beneficiadas pela iniciativa da prevenção. A mão representa o esforço das ações de prevenção à criminalidade, que têm o desafio de alcançar os segmentos mais vulneráveis aos fenômenos da violência. Por fim, as estrelas simbolizam o compromisso e o mérito dos municípios em realizar e finalizar cada uma das etapas com efetividade.

Destaca-se que só poderão aderir ao Programa municípios que atenderem aos critérios previstos e estiverem na lista de classificados. Esta adesão é voluntária, o que é fundamental, uma vez que, para que as ações sejam eficazes e efetivas, o município deve se comprometer, a partir do Termo de Cooperação, com a metodologia de implementação do programa, proposta pelo governo estadual. O município que aderir ao Programa receberá o apoio metodológico para implementar ações de prevenção à criminalidade e, ao final,

quando avaliado de forma positiva, terá o reconhecimento da Sejusp, a partir da concessão do Selo Prevenção Minas.

A previsão dos gestores é de que o lançamento da primeira edição do programa seja em 2020, com encerramento em 2021. O lançamento de novas edições acontecerá com periodicidade anual, a partir de 2021, ou seja, todos os anos haverá certificação de municípios com o Selo Prevenção Minas.

A metodologia do Programa prevê a execução, em cada edição, de um ciclo avaliativo composto por seis etapas, compreendendo um período de 20 meses. Os municípios selecionados para participar de cada edição receberão o selo, com estrelas em branco e poderão utilizar a marca. As estrelas serão preenchidas mediante o cumprimento das ações previstas em cada etapa.

As seis etapas do ciclo de execução do Programa são: adesão do município; elaboração de um diagnóstico municipal; construção de um Plano Municipal de Prevenção; implementação e articulação das ações propostas no Plano; avaliação dos resultados; e, por fim, certificação mediante avaliação positiva das ações.

De acordo com o Manual de Uso do Selo (ASCOM/SEJUSP), apresentado na Figura 02, na etapa Adesão, os municípios receberão o Selo com as estrelas em branco. Após a etapa Diagnóstico, receberão a primeira estrela, mediante cumprimento dos critérios metodológicos. A segunda estrela será entregue na etapa Plano Municipal de Prevenção à Criminalidade, após sua publicação em vias oficiais da Prefeitura. Na etapa Articulação e Implementação, a coordenação estadual do Programa Selo supervisionará a implementação das ações previstas no Plano Municipal de Prevenção e o município deverá enviar relatórios mensais de acompanhamento. A terceira estrela será concedida ao município, na etapa final da Edição, quando aprovado na etapa Avaliação, sendo certificado pela SEJUSP como um município parceiro da Política de Prevenção à Criminalidade.

O público-alvo do Programa Selo Prevenção Minas são os municípios mineiros pertencentes ao grupo prioritário, status definido a partir de critérios técnicos que levam em consideração, principalmente, os índices de criminalidade violenta no Estado de Minas Gerais.

O Programa delimitará as condições e o número máximo de municípios a serem contemplados a cada edição. A cada ano, será publicado um edital, em que serão listados e

classificados 50 (cinquenta) municípios prioritários para participação no programa. Os municípios contemplados na listagem poderão se inscrever para participação. Dentre os municípios inscritos, serão selecionados dez, conforme a classificação publicada, para participar da edição.

A classificação dos municípios será feita com base em indicador previamente definido, especificamente o Indicador de Crimes Violentos, calculado pelo Observatório de Segurança Pública Cidadã da SEJUSP. O indicador expressa o nível de criminalidade em determinado espaço geográfico, abrangendo os seguintes registros: homicídio consumado, homicídio tentado, estupro consumado, estupro tentado, estupro de vulnerável consumado, estupro de vulnerável tentado, sequestro e cárcere privado consumado e roubo consumado. Esse indicador apresenta a taxa de crimes violentos por 100 mil habitantes, definido pela razão entre o número de registros de crimes violentos e o tamanho da população, sendo que a população é calculada com base na Projeção Populacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A classificação se dará com a polaridade de quanto maior o índice municipal, maior sua prioridade no Programa. Além disso, serão analisadas estruturas mínimas de Segurança Pública, Saúde, Assistência Social e Educação, a fim de garantir contexto favorável ao trabalho da metodologia proposta.

4 TEORIAS DA CRIMINALIDADE

Existem várias razões para uma pessoa cometer um crime. Entender quais são essas razões pode ser uma tarefa bem complicada. Não existe uma verdade absoluta na temática, então é um contexto carregado de incertezas. A área do crime e suas teorias começou a ser estudada no início do século XX, por meio dos criminólogos, que identificaram uma série de fatores que explicariam os crimes. Atualmente, encontram-se na literatura inúmeros modelos que conseguem fazer análises particulares.

No tocante da intervenção pública, é preciso conhecer o contexto de incidência da criminalidade. Questões como se há presença de armas, drogas etc. Os modelos empíricos, ao detalharem a metodologia de aferição, possibilitam a centralização das atenções e dos escassos recursos públicos em algumas poucas variáveis, que podem não explicar uma verdade universal, mas interferem decisivamente (com maior probabilidade) na dinâmica criminal daquela região onde se quer intervir.

Os estudos discutidos neste trabalho partem da suposição de que criminosos são essencialmente diferentes de não criminosos e que é possível encontrar nessa diferença a explicação da motivação para a conduta desviante ou criminosa. Os conceitos de cultura, estrutura social, socialização, internalização e sua influência na conduta são usados, ainda que de maneiras diferentes, para alcançar o mesmo resultado. Isto é, as especificações de como se constituem as diferenças entre os indivíduos conformistas e não conformistas e as explicações de como essas diferenças dão origem ao comportamento desviante ou criminoso. Nesses estudos, é inevitável o raciocínio que considera a existência de uma ordem normativa abstrata que é internalizada pelos membros da sociedade via socialização. Quando a ordem normativa é entendida como universal, haveria uma socialização contraditória, provocada pela anomia, que provocaria a resposta desviante. Nos casos em que a ordem normativa é entendida como fragmentada, haveria uma socialização positiva para objetivos e práticas desviantes ou criminosas. De uma forma ou de outra, a conduta desviante ou criminosa, observável empiricamente, seria consequência da motivação constituída pela internalização diferenciada de normas e valores.

Nos próximos tópicos descreveremos as principais teorias da criminalidade que se destacaram e qual é o ponto central da sua análise. O levantamento tem como base o trabalho de Cerqueira e Lobão (2003).

a) Teoria do autocontrole

Segundo a teoria do autocontrole, o que diferencia indivíduos com comportamentos desviantes ou que desenvolvem algum tipo de vício é a ausência de autocontrole (Gottfredson e Hirschi, 1990). Entende-se vício como jogos de azar, drogas, alcoolismo etc. Comportamentos desviantes ocorrem quando não há o desenvolvimento de mecanismos psicológicos de autocontrole da fase entre os dois ou três anos até a fase pré-adolescente. Isto ocorre em função de deformações no processo de socialização da criança, motivadas pela ineficácia na conduta educacional ministrada pelos pais, que falharam em não impor e estabelecer limites à criança. Como resultante da má formação desse mecanismo de autocontrole, o indivíduo, a partir da adolescência, passa a exibir uma tendência de agir baseado exclusivamente em seus próprios interesses, com vistas à obtenção do prazer no curto prazo, sem considerar, contudo, eventuais consequências de longo prazo e os impactos de suas ações sobre terceiros.

Mais uma vez, dada a impossibilidade de se mensurar diretamente a variável autocontrole, o método utilizado frequentemente nos estudos empíricos que procuram suportar essa abordagem é o de variáveis latentes baseadas em questionários. Gibbs, Giever e Martin (1998), Arnekley et alii (1993) e Polakowski (1994) foram alguns dos estudos que mais se notabilizaram nesse campo, tendo os autores encontrado sempre, ainda que parcialmente, evidências a favor da teoria do autocontrole para explicar a delinquência.

b) Teoria do controle social

A teoria do controle social, diferente das demais teorias que procuram explicar por que uma pessoa comete um crime, procura entender por que alguns se abstêm de cometer crimes e outros, não. Nesse sentido, a questão aqui é explicar os elementos que levam o cidadão a ser dissuadido do caminho criminoso. O enfoque utilizado baseia-se inteiramente na ideia do controle social, a partir do sentido de ligação que a pessoa tem com a sociedade ou, dito de outra forma, a partir da crença dessa pessoa no trato ou acordo social. Desse modo, quanto maior o envolvimento do cidadão no sistema social, quanto maiores forem os seus elos com a sociedade e maiores os graus de concordância com os valores e normas vigentes, menores seriam as chances de esse ator se tornar um criminoso. Do ponto de vista

da literatura empírica, normalmente se procura aferir a teoria do controle social por meio de pesquisas domiciliares, que fornecem informações para a elaboração de modelos de variáveis latentes, uma vez que atributos como “acordos”, “crenças nos valores” etc., são sempre mensurados de maneira indireta. Muitos desses modelos empíricos foram orientados para explicar mais especificamente a delinquência juvenil, como foram os casos de Agnew (1991), que utilizaram como variáveis a ligação filial; a ligação escolar, o compromisso e as crenças desviantes.

Enquanto Agnew (1991) não encontrou evidências fortes que corroborem a teoria, os mais recentes estudos têm concluído por sua comprovação, principalmente no que se relaciona com as variáveis ligações e afeições familiares e compromissos escolares. Os estudos que se destacaram foram os de Agnew e White (1992), Agnew (1993), Paternoster e Mazerolle (1994).

c) Teoria da anomia

Uma das principais explicações das razões da criminalidade é a teoria da anomia (Merton (1938)). A teoria estabelece que a motivação para cometer delitos é o fato de ser impossível atingir determinadas metas, principalmente a financeira. Surgiram três perspectivas distintas quanto à sua aferição, que são: oportunidades bloqueadas (aspirações individuais e suas reais expectativas); diferenças dos interesses individuais (insucesso decorrente de fatores externos às próprias vontades); e privação relativa (distância entre sucesso ideal da sociedade e situação real do indivíduo);

d) Teoria da escolha racional

A teoria da escolha racional desenvolve um modelo formal em que o ato criminoso decorreria de uma avaliação racional em torno dos benefícios e custos esperados aí envolvidos, comparados aos resultados da alocação do seu tempo no mercado de trabalho legal (Gary Becker, 1968). Vários artigos trabalharam com inovações em torno da ideia estabelecida por Becker, em que dois vetores de variáveis estariam condicionando o comportamento do potencial delinquente. De um lado, os fatores positivos (que levariam o indivíduo a escolher o mercado legal), como o salário, a dotação de recursos do indivíduo etc.; de outro, os fatores negativos, ou dissuasórios (*deterrence*), como a eficiência do

aparelho policial e a punição. Dentre esses estudos, cabe destaque para os de Ehrlich (1973), Block e Heinecke (1975) e Leung (1995).

Um ponto interessante a observar é que, a despeito de o modelo supramencionado ser de natureza microeconômica, cujo foco recai sobre os determinantes individuais da criminalidade, quase todas as pesquisas empíricas foram construídas a partir de uma estrutura de dados agregados regionalmente. Certamente, isso deve ser resultado da indisponibilidade de dados individualizados necessários para a aferição do modelo de escolha racional. O custo dessa estratégia é a introdução da hipótese de que o criminoso atua na mesma região em que reside. Nesse ponto, surge um dilema: quanto menor for essa unidade geográfica, mais inverossímil tende a ser a hipótese; quanto maior for essa unidade geográfica, mais informações se perdem nas médias agregadas.

e) Teoria do aprendizado social (associação diferencial)

O argumento principal dessa teoria está no processo pelo qual as pessoas, principalmente os jovens, determinam seus comportamentos a partir de suas experiências pessoais com relação a situações de conflito. As determinações de comportamentos favoráveis ou desfavoráveis ao crime seriam apreendidas a partir das interações pessoais, com base no processo de comunicação (Sutherland, 1942).

A partir de entrevista individuais, Matsueda foi o principal autor que buscou atestar a teoria da associação diferencial. Outros artigos importantes nesse campo são de Bruinsma (1992) e McCarthy (1996), que, além de encontrarem evidências favoráveis à existência da variável latente DEF, enfatizaram o fato de que o que também motiva e legitima o comportamento desviante é o contato e o aprendizado de métodos e técnicas criminosos.

f) Teoria interacional

A proposição do modelo interacional é a de que o comportamento desviante ocorre em um processo interacional dinâmico. A teoria interacional procura entender esse comportamento simultaneamente como causa e consequência de uma variedade de relações recíprocas desenvolvidas ao longo do tempo (Thornberry, 1996).

Entorf e Spengler (2002) destacam que há dois elementos importantes suportando essa abordagem: a perspectiva evolucionária e os efeitos recíprocos. A perspectiva evolucionária

parte do pressuposto de que o crime não é uma constante na vida do indivíduo, mas é um processo em que a pessoa inicia sua atividade criminosa em torno dos 12 ou 13 anos (iniciação), aumenta o seu envolvimento em tais atividades por volta dos 16 ou 17 anos (desenvolvimento), finalizando esse processo até os 30 anos. Os efeitos recíprocos dizem respeito às variáveis explicativas entre si e delas com relação ao que se deseja explicar. Os modelos interacionais normalmente são inspirados a partir das teorias da associação diferencial e do controle social, que sugerem as variáveis a serem utilizadas. Normalmente algumas delas são: ligação com os pais, notas, envolvimento escolar, grupos de amizades, punição paternal para desvios, ligação com grupos delinquentes etc.

g) Modelo ecológico

Vários autores procuraram elaborar um modelo integrado para explicar a violência, cujo enfoque se dá nos vários níveis estrutural, institucional, interpessoal e individual. Tais anseios decorreram da percepção empírica de que a violência e a sua tolerância variam significativamente entre as sociedades, entre as comunidades e entre os vários indivíduos. Primeiramente, procurou explicar o desenvolvimento humano e a psicologia social. Outros autores buscaram entender, por meio de temáticas como violência doméstica contra a mulher; coerção sexual e com o abuso infantil.

Segundo essa abordagem, mais do que atribuir importância a determinadas características isoladas, o modelo – que ficou conhecido como modelo ecológico – considera que a combinação de tais atributos pertencentes àqueles diferentes níveis ocuparia um papel central na explicação da violência. Dentre as variáveis que constituiriam os níveis supramencionados, no plano individual, há o histórico pessoal, os fatores ontogenéticos e as respostas da personalidade individual diante de situações de tensão. No contexto mais íntimo do indivíduo, em que a violência poderia processar-se, há as relações interpessoais com familiares e com outros conhecidos íntimos. No plano institucional, figuram as associações formais e informais comunitárias, profissionais, religiosas, ou outras redes sociais em que haja a identidade dos grupos. No nível macroestrutural, inserem-se as estruturas econômica, política e social que incorporam crenças e normas culturais que permeiam a sociedade.

h) Teoria da desorganização social

A teoria da desorganização social trata-se de uma abordagem sistêmica. Seu enfoque gira em torno das comunidades locais, que são entendidas como um sistema de rede de associações formais e informais; relações de amigos e parentes. São todas as formas que contribuem para a socialização do indivíduo. Condicionam a socialização: fatores econômicos, mobilidade, heterogeneidade étnica etc.

A teoria estuda outros comportamentos, como a urbanização e a desagregação das famílias. A organização social e a desorganização social constituiriam laços de redes sistêmicas para facilitar ou inibir o controle social. Desse modo, a criminalidade emergiria como consequência de efeitos indesejáveis na organização dessas relações sociais em nível comunitário e das vizinhanças como, por exemplo, redes de amigos esparsas, grupos de adolescentes sem supervisão ou orientação, ou baixa participação social.

Apresentadas as principais teorias sobre a violência/criminalidade, apontamos, na próxima seção, variáveis e indicadores que podem ser selecionados para compor o diagnóstico municipal.

5 DAS VARIÁVEIS E SEUS INDICADORES

Para este trabalho, após realizar a análise da bibliografia que compreende a temática da Segurança Pública a partir de diversos autores e abordagens distintas, optamos por selecionar, previamente, as variáveis apresentadas por Cerqueira e Lobão (2003). Estes autores distinguem as variáveis explicativas da criminalidade em quatro níveis: estrutural, institucional interpessoal e individual.

Abrangendo esses quatro níveis, destacamos, nas seções que seguem, variáveis e indicadores que podem ser selecionados, após discussão com os gestores e verificação da disponibilidade de informações, para mapear as seguintes dimensões:

- (1) O quadro de violência/criminalidade no município;
- (2) Os fatores que influenciam a incidência dessas manifestações de violência/criminalidade e permitem seu enfrentamento, destacadamente, as possibilitam o mapeamento de:
 - a) Configuração organizacional do Sistema de Justiça na região;
 - b) Situação socioeconômica do município;
 - c) Estrutura organizacional, as ofertas e os resultados das principais políticas sociais implementadas no município (Saúde; Educação; Assistência Social; Cultura; Esporte e Lazer).

5.1 Indicadores de incidência de criminalidade, por fontes:

Fonte: Dados Abertos MG

- Estupro de vulnerável consumado
- Taxa estupro de vulnerável consumado
- Estupro de vulnerável tentado
- Estupro tentado
- Estupro consumado
- Extorsão mediante sequestro consumado
- Homicídio tentado
- Roubo consumado
- Sequestro e cárcere privado consumado
- Extorsão consumado
- Roubo tentado
- Homicídio consumado
- Furto consumado
- Lesão corporal consumado

- Roubo de cargas
- Roubo a estabelecimentos comerciais
- Roubo a residências
- Roubo a transeuntes
- Roubo a transportes coletivo
- Furto de cargas
- Furto a estabelecimentos comerciais
- Furto a residências
- Furto a transeuntes
- Furto a transportes coletivo
- Roubo a instituição financeira
- Tráfico de entorpecentes
- Porte de entorpecentes

Fonte: IPEA - Atlas da Violência

- Homicídios
- Taxa de homicídios
- Homicídio faixa etária de 15-29 anos
- Homicídio faixa etária de 15-29 anos - homens
- Homicídio faixa etária de 15-29 anos - mulheres
- Taxa de homicídios faixa etária de 15 - 29 anos
- Taxa de homicídios faixa etária de 15 - 29 anos - homens
- Taxa de homicídios faixa etária de 15 - 29 anos - mulheres
- Homicídios homens
- Homicídios homens não negros
- Homicídios homens negros
- Homicídios mulheres
- Homicídios mulheres não negras
- Homicídios mulheres negras
- Homicídios não negros
- Homicídios negros
- Taxa de homicídios homens
- Taxa de homicídios homens não negros
- Taxa de homicídios homens negros
- Taxa de homicídios mulheres
- Taxa de homicídios mulheres não negras
- Taxa de homicídios mulheres negras
- Taxa de homicídios não negros
- Taxa de homicídios negros
- Homicídios por armas de fogo
- Suicídios por armas de fogo
- Taxa de homicídios por armas de fogo
- Taxa suicídios por armas de fogo
- Crimes letais intencionais
- Homicídios culposos no trânsito
- Homicídios dolosos n° de ocorrências
- Homicídio doloso - n° de vítimas
- Latrocínio
- Lesão corporal seguida de morte
- Mortes a esclarecer
- Mortes acidentais no trânsito (exceto homicídio culposo)
- Mortes decorrentes de intervenções de policiais civis e militares em serviço

- Mortes decorrentes de intervenções de policiais civis e militares em serviço e fora de serviço
- Mortes decorrentes de intervenções de policiais civis e militares fora de serviço
- Mortes decorrentes de intervenções de policiais civis em serviço
- Mortes decorrentes de intervenções de policiais civis em serviço e fora de serviço
- Mortes decorrentes de intervenções de policiais civis fora de serviço
- Mortes decorrentes de intervenções de policiais militares em serviço
- Mortes decorrentes de intervenções de policiais militares em serviço e fora de serviço
- Mortes decorrentes de intervenções de policiais militares fora de serviço
- Mortes violentas intencionais
- Outras mortes acidentais (exceto homicídio culposo)
- Outros crimes resultantes em morte
- Outros homicídios culposos
- Policiais civis e militares mortos em confronto em serviço
- Policiais civis e militares mortos em confronto ou por lesão não natural fora de serviço
- Furto de veículo
- Roubo (outros)
- Roubo a instituição financeira
- Roubo de cargas
- Roubo de veículo
- Roubo e furto de veículos
- Acidentes de trânsito
- Óbitos em acidentes de transporte
- Óbitos em acidentes de transporte - faixa etária de 15 - 29 anos
- Óbitos em acidentes de transporte - homens
- Óbitos em acidentes de transporte - mulheres
- Taxa de óbitos em acidentes de transporte
- Taxa de óbitos em acidentes de transporte - faixa etária de 15 - 29 anos
- Taxa de óbitos em acidentes de transporte - homens
- Taxa de óbitos em acidentes de transporte - mulher

5.2 Variáveis a serem consideradas para mapeamento da configuração do Sistema de Justiça em vigência na região – Fonte: Governo estadual

- Secretaria Municipal De Segurança Pública
- Conselho Tutelar
- Comarcas (Cível e Crime/ Infância e Juventude)
- Polícia Civil
- Polícia Militar
- Corpo de Bombeiros
- Guarda Municipal
- Tribunal de Justiça (TJ)
- Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais
- Ministério Público (MP)

5.3 Variáveis e indicadores a serem considerados no mapeamento da situação socioeconômica municipal – Fonte: IBGE

- PIB per capita
- Renda familiar média

- Índice de desemprego
- Índice de desenvolvimento humano (IDH)
- Índice de desenvolvimento humano (IDH) - renda
- (%) Da população que faz parte da PEA
- Total da PEA - feminina
- Total da PEA - masculina
- Coeficiente de GINI
- Etnia
- Raça
- Densidade por dormitório
- Taxa de renda insuficiente
- Porcentagem de jovens na população
- Densidade demográfica
- Grau de urbanização
- Tamanho e densidade populacional

5.4 Variáveis e indicadores a serem considerados no mapeamento das principais políticas sociais implementadas no município e respectivas fontes

Política de Saúde – Fontes: DATASUS, governos municipais e governo estadual

- Recursos humanos
- Infraestrutura do órgão gestor
- Legislação e instrumentos de gestão
- Recursos para a gestão
- Articulação institucional
- Leitos complementares
- Leitos de repouso/ observação
- Equipamentos de saúde
- Instalações físicas de obstetrícia
- Ambulatórios municipais existentes (clínica básica)
- Consultórios odontológicos
- Produção ambulatorial do sus por habitante
- Procedimentos hospitalares do sus
- Total de estabelecimentos de saúde
- Doses de vacina aplicadas por habitante
- Total de equipes
- Taxa de famílias com acompanhamento das condicionalidades de saúde
- Total de unidades básicas de saúde (ubs)
- Presença de hospitais de média e alta complexidade
- Secretaria municipal de saúde (*)
- Taxa de mortalidade infantil
- Taxa de incidência de drogas

Política de Educação – Fontes: CENSO EDUCACIONAL/ INEP (ANUAL), governos municipais e governo estadual

- Taxa de analfabetismo
- (%) De crianças fora da escola entre (7 - 14 anos)
- Índice de desenvolvimento humano (idh) - educação
- Número médio de anos de estudo
- Secretaria municipal de educação (*)

- Índice de evasão escolar
- Taxa de analfabetismo
- (%) De crianças fora da escola entre (7 - 14 anos)
- Índice de desenvolvimento humano (idh) - educação
- Número médio de anos de estudo
- Secretaria municipal de educação (*)
- Índice de evasão escolar
- Taxa de analfabetismo
- (%) De crianças fora da escola entre (7 - 14 anos)
- Índice de desenvolvimento humano (idh) - educação
- Número médio de anos de estudo
- Secretaria municipal de educação (*)
- Índice de evasão escolar
- Particulares (ensino infantil, fundamental, médio, integrado, educação profissional)
- Estaduais (ensino infantil, fundamental, médio, integrado, educação profissional)
- Municipais (ensino infantil, fundamental, médio, integrado, educação profissional)
- Instituições federais

Política de Assistência Social – Fontes: MUNIC IBGE, CENSO SUAS, governos municipais

- Gestão do sistema único de assistência social (0 a 1)
- Unidades físicas de rede socioassistencial (0 a 1)
- Existência de programa municipal de transferência de renda (0 a 1)
- Projetos de geração de renda e inclusão produtiva (0 a 1)
- Índice de gestão descentralizada do programa bolsa família (0 a 1)
- Secretaria municipal de desenvolvimento social (*)
- CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CRAS)
- Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)
- Centros de Atenção Psicossocial (CAPS)

Política de Esporte Cultura e Lazer – Fontes: governos municipais

- Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer

6 DO ENCAMINHAMENTO E PRÓXIMOS PASSOS

Com o objetivo de viabilizar a correta implementação do programa deve se seguido uma sequência cronológica que está subdividida em cinco etapas, são elas: A primeira: Os indicadores devem ser relacionados a partir de sua relevância para o município em que se deseja aplicar o programa Selo Prevenção Minas e realizar a sua coleta em seus respectivos bancos de dados conforme as fontes relacionadas neste trabalho; a segunda etapa torna-se necessária caso os dados não estejam disponíveis ou ainda não foram produzidos, então deve-se realizar uma pesquisa em loco para que assim possam compor dados primários aos secundários já existentes para que sustentem o diagnóstico municipal; a terceira consiste em tratar e analisar as informações de forma a mapear a situação de criminalidade no município e os fatores que influenciam a sua ocorrência e permitem o seu enfrentamento; a quarta refere-se a apresentação do modelo de diagnóstico desenvolvido pelo programa no fórum que deve ser composto por membros da sociedade civil, gestores de diferentes áreas e governantes para discutir sua pertinência e adequação no município; a última é executar os programas e projetos para que se alcance melhores índices e a redução da violência e criminalidade que existiam antes da sua implementação nestes locais.

7 CONCLUSÃO

Existe no Brasil, uma falta de investimento em políticas públicas de segurança que busquem a prevenção da criminalidade nos municípios. O Estado de Minas Gerais, a partir dos programas Fica Vivo!, Mediação de Conflitos, Ceapa e PrEsp, busca atingir o foco de violência nas regiões e populações vulneráveis, por meio de ações inovadoras.

O programa Selo Minas surge para, a partir da interação entre diferentes setores e atores da sociedade civil, criar estratégias locais para que a própria comunidade identifique a incidência de criminalidade, os fatores que influenciam essa incidência e promova as formas de enfrentar esse problema.

O presente trabalho buscou, a partir de uma revisão bibliográfica estruturar um diagnóstico a ser aplicado nos municípios parceiros do Programa Prevenção Selo Minas. Como apresentado anteriormente, é necessária uma ação intersetorial com Políticas de Saúde, Educação, Assistência Social e Cultura, Esporte e Lazer para que sejam oferecidas condições de mitigação e enfrentamento da situação de violência/criminalidade, principalmente, entre as pessoas mais jovens e vulneráveis.

O projeto nos possibilitou, a partir das reuniões com gestoras e gestores da Supec, um aprofundamento em uma temática pouco explorada em nosso curso, que sempre preocupou a população, mas que não é tratada pelos governantes com a seriedade e complexidade devida. É explícito que, por se tratar de uma temática multifacetada, é indispensável a criação de um sistema único que integre às informações dos órgãos para que assim se consolide uma política integrada, eficiente que trabalhe com mais ferramentas de inteligência, diminuindo a repressão descoordenada, ineficaz no alcance de seu objetivo. A partir dessas alterações, as ações no campo da Segurança Pública alcançarão melhores resultados.

8 REFERÊNCIAS

- BEATO, C. C., REIS, I. A. **Desigualdade, desenvolvimento socioeconômico e crime.** In **R. Henriques (org.), *Desigualdade e Pobreza no Brasil.*** Rio de Janeiro: IPEA, 2000, p. 5.
- CERQUEIRA, Daniel; LOBÃO, Waldir. **Condicionantes Sociais, Poder de Polícia e o Setor de Produção Criminal.** *Texto para Discussão IPEA* n° 957, 2003, p 1-9.
- CERQUEIRA, Daniel; LOBÃO, Waldir. **Criminalidade Social Versus Polícia.** *Texto para Discussão IPEA* n° 958, 2003, p 1-8.
- CERQUEIRA, Daniel; LOBÃO, Waldir. **Determinantes da Criminalidade: Uma Resenha dos Modelos Teóricos e Resultados Empíricos.** *Texto para Discussão IPEA* n° 956, 2003, p. 3-21.
- CERQUEIRA, Daniel; LOBÃO, Waldir; X. DE CARVALHO, Alexandre. **O Jogo dos Sete Mitos e a Miséria da Segurança Pública no Brasil.***Texto para Discussão IPEA* n° 1144, 2005, p. 3-25.
- COELHO, E. C. **A criminalidade urbana violenta.** *Dados. Revista de Ciências Sociais.* Rio de Janeiro: Iuperj, 1988, p. 83-145.
- MENDONÇA, Mário Jorge Cardoso de; LOUREIRO, Paulo Roberto Amorim; SACHSIDA, Adolfo. **Criminalidade e Interação Social.** *Texto para Discussão IPEA* n° 968, 200, p 2-13.
- MERTON, R. K. *Social structure and anomie.* American Sociological Review, v. 3, 1938, p. 672-682.
- ARIZA, J. J. M.El control social del delito a través de la prevención situacional. **Revista de Derecho Penal y Criminología**, n. 2, p. 281-326,1998.
- BONDARUK, R. L. **A prevenção do crime através do desenho urbano.** Curitiba, Edição do Autor, 2007.
- PAIXÃO, A. L. **Crime, controle social e consolidação da democracia.** In: REIS & O'DONNELL (eds.). *A democracia no Brasil.* Vértice: São Paulo, 1988, p. 233- 248.